

Se não for na sala de aula, onde será? Questões de gênero na formação de mulheres jornalistas no Brasil¹

If not in the classroom, where? Gender issues in the educational formation of women journalists in Brazil

Si no es en el aula, ¿dónde? Cuestiones de género en la formación educativa de las mujeres periodistas en Brasil

Flavia de Almeida Moura
Universidade Federal do Maranhão
Brasil
flavia.moura@ufma.br

Nayara Nascimento de Sousa
Universidade Federal do Maranhão
Brasil
nayara.nascimento@discente.ufma.br

Abstract: In this paper we verify if gender aspects are included in women's journalism courses in Brazil. We did quantitative research, using the survey method, with 211 informants who have an undergraduate degree or are graduating in the area. The results indicate that the respondents had little incentive to produce gender-focused content, but this gap is greater for graduates from private universities. Public universities tend to provide more contact with such discussions, but it is still insufficient. However, we have identified possible recent changes in the way courses have been dealing with gender issues.

Keywords:

Women journalists, Academic training, Gender, Intersectionality

Resumo: Neste artigo, verificamos em que medida aspectos de gênero são incluídos na formação em Jornalismo de mulheres no Brasil. Realizamos pesquisa quantitativa, a partir do método do *survey*, com 211 informantes que possuem graduação ou estão se graduando na

¹ O trabalho é um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema). Agradecemos pelas contribuições da Profa. Dra. Camilla Quesada Tavares (UFMA), Profa. Dra. Thaisa Bueno (UFMA) e Profa. Dra. Tamires Coêlho (UFMT), além das sugestões recebidas no 11º Encontro de Pesquisa em Comunicação (Enpecom, 2021).

área. Os resultados indicam que as respondentes tiveram pouco incentivo para produzir conteúdo com foco em gênero, mas essa lacuna é maior para graduadas/graduandas do ensino particular. As instituições públicas tendem a oportunizar mais contato com tais discussões, mas ainda é insuficiente. Contudo, identificamos possíveis mudanças recentes no modo como os cursos vêm tratando acerca das questões de gênero.

Palavras-chave:

Mulheres jornalistas, Formação acadêmica, Gênero, Interseccionalidade

Resumen: En este artículo, verificamos si los aspectos de género están incluidos en los cursos de periodismo para mujeres en Brasil. Realizamos una investigación cuantitativa, a partir del método de la encuesta, con 211 informantes que se han graduado o se están graduando en el área. Los resultados indican que los encuestados tienen pocos incentivos para producir contenidos centrados en el género, pero esta diferencia es mayor en el caso de los licenciados/graduados de las universidades privadas. Las universidades públicas suelen tener más contacto con estos debates, pero sigue siendo insuficiente. Sin embargo, hemos identificado posibles cambios recientes en la forma en que los cursos han tratado los temas de género.

Palabras clave:

Mujeres periodistas, Formación académica, Género, Interseccionalidad

1. Introdução

Considerando o jornalismo no contexto do Brasil, ainda que as mulheres representem 64%, conforme aponta o Perfil do Jornalista Brasileiro (Mick e Lima, 2013), a feminização das redações não é suficiente para que o conteúdo com perspectiva de gênero seja veiculado (Vecchio-Lima e Souza, 2017). Com efeito, até mesmo as pautas definidas por elas tendem a não privilegiar temas femininos ou que poderiam interessar esse público (Abreu e Rocha, 2006). Costa (2018) reforça que, mesmo quando as mulheres aparecem na mídia, é de maneira estereotipada, com preferência para as brancas, de classe média e heterossexuais.

Desse modo, entre os complexos fatores que podem incidir na perspectiva masculinista do jornalismo brasileiro (Silva, 2010), a formação acadêmica essencialmente voltada para uma abordagem hegemônica (Silva, 2015) pode ser um dos entraves para a

produção jornalística com foco no gênero². Sobre isso, Camargo e Woitowicz (2018) apontam que é importante incluir questões de gênero de maneira transversal nas disciplinas dos cursos de Jornalismo, para que as/os alunas/os consigam repensar as relações de poder na sociedade e na profissão.

Assim, o objetivo principal deste trabalho é verificar se mulheres jornalistas ou que estejam em formação tiveram/têm contato com questões de gênero ao longo da graduação, em especial olhando para diferentes gerações a fim de identificarmos se há diferenças entre aquelas que saíram do curso mais recentemente e por um período maior. De modo complementar, observamos se o cenário muda quando elas estudaram/estudam em instituições públicas ou privadas.

Para tanto, realizamos pesquisa quantitativa a partir do método do *survey*, aplicado entre 2 de junho e 3 de setembro de 2021. O corpus é constituído por 211 respondentes graduadas/graduandas em Jornalismo, advindas das cinco regiões brasileiras. A interpretação dos dados é feita a partir da análise descritiva e da perspectiva interseccional³, na medida em que não é possível olhar para o gênero de maneira isolada, sem considerar outros marcadores, como a raça e a geração.

2. Quem ocupa os cursos de Jornalismo no Brasil?

Até o século XIX, no Brasil, as mulheres estiveram impedidas de ingressar no ensino formal, com exceção daquelas que dispunham da instrução particular, ou seja, especialmente as brancas que pertenciam a classes dominantes (Pinto, 2003). Goulart (2009) aponta o papel das preceptoras, em geral portuguesas, francesas e alemãs, que eram encarregadas da instrução de mulheres privilegiadas. Desse modo, elas aprendiam basicamente prendas domésticas, religião, línguas estrangeiras, como francês e inglês, além das aulas de piano e música, visando a formação de boas esposas.

Com o processo de industrialização, o desenvolvimento do pensamento iluminista e a reivindicação pelos direitos das mulheres, a sociedade paulatinamente vai entendendo que a educação feminina é importante para o progresso do país. Por outro lado, durante muito tempo o ensino formal feminino continuou atrelado à formação de boas esposas, no qual,

² Este trabalho em específico adota a terminologia gênero para se referir ao feminino. Contudo, é importante ressaltar que os Estudos de Gênero são amplos, ou seja, não se limitam à pesquisa sobre mulheres.

³ Crenshaw (2004) indica que interseccionalidade se refere à relação entre classe, raça e gênero, de forma que essas discriminações não operam separadas ou excludentes, mas juntas.

diferente do ensino voltado para os meninos, as meninas recebiam aulas de prendas domésticas mesmo nas escolas regulares (Goulart, 2009).

Assim, a educação feminina no Brasil, desde as primeiras experiências, esteve ligada ao cuidado, reforçando os espaços que deveriam ser ocupados por mulheres e homens. Elas aprendiam afazeres domésticos, enquanto eles estudavam matemática e ciências, por exemplo.

De excluídas do ensino formal, as mulheres já são maioria em todos os níveis da educação. Segundo dados do Censo da Educação Superior 2019, o último divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021), o número de estudantes que ingressaram em cursos de graduação no Brasil foi de 3.633.320 – sendo 15,4% em instituições públicas e 84,6% em estabelecimentos privados. Distinguindo o ingresso entre os sexos, baseado no binário feminino e masculino, as mulheres representam 57,0%, enquanto os homens são 43,0%.

Por outro lado, quando observamos a cor/raça, o Censo da Educação Superior 2019 indica que o perfil das/os estudantes matriculadas/os é branco⁴. O resumo técnico do Inep aponta que, entre as pessoas matriculadas em instituições de ensino superior em 2019, 42,6% se declaram brancas, 31,1% pardas, 7,1% pretas, 1,7% amarelas e 0,7% indígenas – 16,8% se referem aos não-declarados. Assim, num país em que a maioria da população é não-branca⁵, o ensino superior ainda é falho na representatividade racial.

Apesar das mulheres constituírem maioria na educação superior, a atuação delas ainda é predominantemente voltada às áreas tradicionalmente ditas femininas, sobretudo com formação ligada ao cuidado, saúde e educação. O Censo da Educação Superior 2019 informa que os cursos de Pedagogia, Serviço Social e Enfermagem, por exemplo, são formados quase que exclusivamente por mulheres, ao passo que as engenharias são ocupadas majoritariamente por homens. Nesse sentido, apesar dos avanços na atuação feminina no ensino superior, o sexismo estrutural pode impactar na educação, no sentido de atribuir espaços para homens e mulheres, e consequentemente naturalizar quem ocupa as profissões.

Sobre o perfil discente nos cursos de Jornalismo, é oportuno observar as características do alunado a partir do relatório do Exame Nacional de Desempenho dos

⁴ É importante ressaltar a superficialidade no tratamento dos dados apresentados no relatório do Censo da Educação Superior 2019 (INEP, 2019), que aponta o perfil do ingressante como branco, sem contudo indicar os percentuais para cada cor/raça. Desse modo, para este dado racial, utilizaremos os percentuais referentes aos matriculados.

⁵ De acordo com o IBGE, em 2019, 42,7% da população brasileira se declarou branca e 57,3% não-branca, sendo 46,8% parda, 9,4%, preta, 1,1% amarela ou indígena. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>

Estudantes (Enade) 2018 (INEP, 2019). Nessa avaliação, foram consideradas/os 9.753 estudantes vinculadas/os a 290 cursos de Jornalismo no país, sendo que 76,9% dos cursos eram concentrados em estabelecimentos de ensino particular e 23,1% em instituições públicas, todos na modalidade presencial.

No Enade 2018, 62,3% das/os participantes eram mulheres e 37,7% homens. Em relação à cor/raça, 59,1% dessas pessoas se declaram brancas, 25,4% pardas, 11,6% pretas, 1,5% amarelas, 0,4% indígenas e 2,0% preferiram não dizer. Apesar da desigualdade observada, o relatório do Enade 2018 destaca o papel das políticas de ação afirmativa e inclusão social no ingresso de estudantes que se declaram pretas/os ou pardas/os. Assim, se observa a feminização nos cursos de Jornalismo, entretanto com baixa diversidade racial.

Não obstante, se entende que o Jornalismo pode ser encarado como espaço de subversão feminina, já que as mulheres não apenas passam a ocupar esse espaço historicamente demarcado como masculino e que é caracterizado pelo trabalho intelectual (Traquina, 2020), mas superam o número de homens no curso que não está relacionado ao cuidado e pedagogia.

3. Questões de gênero no ensino de Jornalismo

Tratando do ensino nos cursos de Jornalismo, Silva (2015) realizou pesquisa no âmbito da formação universitária das/os jornalistas, com a finalidade de analisar de que forma os valores sociais e os sistemas classificatórios de diferença hegemônica se manifestam e são problematizados nos processos de ensino e aprendizagem. Para a autora, as práticas pedagógicas nos cursos de Jornalismo são perpassadas por racionalidades do sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista e ocidentalista nas relações de poder e saber.

Silva (2015) chama a atenção para a prevalência de modelos de ensino e normas institucionais como herança do poder colonial, conforme as visões de mundo dominantes. Sobre isso, trazemos as contribuições das epistemologias do Sul-Global e estudos a partir das colonialidades, a fim de contextualizar as racionalidades hegemônicas que atravessam os cursos de formação no Brasil.

Para Quijano (2005), os modos de conhecimento do Norte Global eurocêntrico são alocados como racionalidade hegemônica, colonizando e se sobrepondo aos demais. O autor também aponta que o estabelecimento da raça foi fundamental para a relação entre quem pode explorar e quem é explorado. Isso significa que não apenas o Norte Global é tido como o padrão ideal, bem como também indica quem é inferior, inclusive no conhecimento (saber).

Ampliando as discussões, Lugones (2014) argumenta que a colonialidade não é somente uma forma de classificação entre os povos, mas o processo de desumanização, em especial das mulheres não-brancas. A autora propõe tratar da colonialidade de gênero nesse projeto colonial das sociedades do Sul Global, na medida em que as mulheres são as mais oprimidas nessas relações.

Desse modo, o conhecimento é atravessado tanto pela racionalidade eurocêntrica quanto androcêntrica, já que as universidades são formadas com base em valores tradicionalistas. Assim, os cursos de jornalismo também se inserem nesse contexto, reproduzindo práticas da colonialidade do saber/poder e do gênero, sobretudo com discursos masculinistas, heteronormativos e racistas.

Por outro lado, não se pode cristalizar os processos de ensino e aprendizagem desconsiderando a dialética das relações sociais. Nesse sentido, destacamos o papel do movimento feminista, que se faz presente na academia desde a década de 1970 (Pinto, 2003), atuando tanto na produção de pesquisas, quanto influenciando o ensino e os debates acadêmicos e científicos.

Bertasso et al. (2020) relatam a experiência da oferta da disciplina Jornalismo e Gênero no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Segundo as autoras, as aulas oportunizaram que alunas e alunos pudessem pensar sobre as práticas sociais e jornalísticas sob outro olhar, entendendo que as questões de gênero perpassam todas as temáticas abordadas pelo jornalismo.

Camargo e Woitowicz (2018) complementam que é importante incluir questões de gênero de maneira transversal nas disciplinas dos cursos de Jornalismo, oportunizando que alunas/os repensem as relações de poder na sociedade e na profissão. Dessa maneira, além de instituir disciplinas que enfoquem no gênero, é necessário que essas questões atravessem todo o currículo dos cursos, não se restringindo a momentos pontuais.

Nesse sentido, além da pouca diversidade racial observada nos cursos de Jornalismo a partir dos dados do Censo da Educação Superior e do Enade, a literatura evidencia práticas de ensino baseadas na racionalidade colonial de um sistema-mundo masculinista, racista etc. Sendo as mulheres maioria nesses cursos, a formação precisa trazer reflexões sobre gênero, já que tais problemáticas se referem (mas não se restringem) diretamente a elas, não apenas enquanto alunas, mas futuras profissionais.

4. Procedimentos metodológicos

Para atingir aos objetivos deste trabalho, realizamos pesquisa empírica quantitativa, a partir do método do *survey*. Inicialmente elaboramos o questionário e aplicamos um pré-teste a um grupo de mulheres convidadas, com a finalidade de identificarmos perguntas que pudessem causar difícil entendimento entre as respondentes. Assim, as questões que geraram dúvidas foram alteradas mediante o *feedback* dessas informantes.

A versão oficial do questionário foi aplicada entre 2 de junho e 3 de setembro de 2021, por meio da plataforma online da *SurveyMonkey*. Para esta pesquisa, o recorte é constituído por 211 mulheres do Brasil que possuem graduação ou estão se graduando em Jornalismo ou suas variações (Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Comunicação Social com habilitação em Radialismo).

Como estratégias de divulgação adotadas para a circulação do *survey*, foi elaborada uma lista de contatos de potenciais participantes, instituições e/ou divulgadoras/es. Solicitamos apoio de organizações, tais como a Rede de Jornalistas e Comunicadoras com visão de Gênero e Raça (RIPVG Brasil), a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), sindicatos de jornalistas e diversas universidades do Brasil.

O *survey* também foi divulgado em encontros e congressos de Comunicação e Jornalismo, nas listas de organizações da área e durante aulas em disciplinas de Programas de Pós-Graduação. Na circulação em redes sociais, recebemos apoio individual, de pessoas que se prontificaram a compartilhar a pesquisa, do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Sociedade (COPS) e de perfis de sindicatos de jornalistas.

Após a coleta, realizamos a limpeza dos dados, excluindo respostas incompletas e/ou incorretas do questionário. Na fase da tabulação, utilizamos a planilha do Excel para categorizar os dados e gerar os gráficos. As variáveis consideradas neste trabalho são: perfil das informantes da pesquisa (faixa etária, cor/raça declarada, região geográfica), formação (nível de escolaridade, tipo de instituição entre pública e privada), aspectos de gênero na formação. É importante ressaltar que a análise descritiva é perpassada pela interseccionalidade de raça e de geração.

5. Análise dos dados

5.1 Perfil das respondentes

Delimitando o perfil das informantes do *survey*, a faixa etária indica que 27% das mulheres participantes têm idade entre 18 a 30 anos, 42,6% entre 31 a 40 anos, 17,1% entre 41 a 50 anos, 13,3% a partir de 51 anos. Sobre a cor/raça declarada pelas respondentes da

pesquisa, 63,1% são brancas, seguidas das pardas (25,6%), pretas (8,1%), indígenas (1,4%) e amarelas (0,9%). Temos 0,9% não-declaradas, ou seja, não quiseram ou não souberam indicar sua cor/raça. Sobre isso, a literatura já aponta para a característica de branqueamento no jornalismo (Mick e Lima, 2013; Mazotte e Toste, 2017) e nos cursos da área no Brasil.

Sobre a região brasileira correspondente às informantes da pesquisa, o *survey* conseguiu um maior equilíbrio entre mulheres do Sudeste (27,5%), Nordeste (27,1%) e Sul (24,6%), possibilitando analisar melhor os cenários para além do Sul-Sudeste como acontece em boa parte dos trabalhos. Obtivemos 9,9% de respondentes do Centro-Oeste e 9,6% do Norte – 1,4% representam as mulheres que são do Brasil, mas que no momento da pesquisa estavam em outros países.

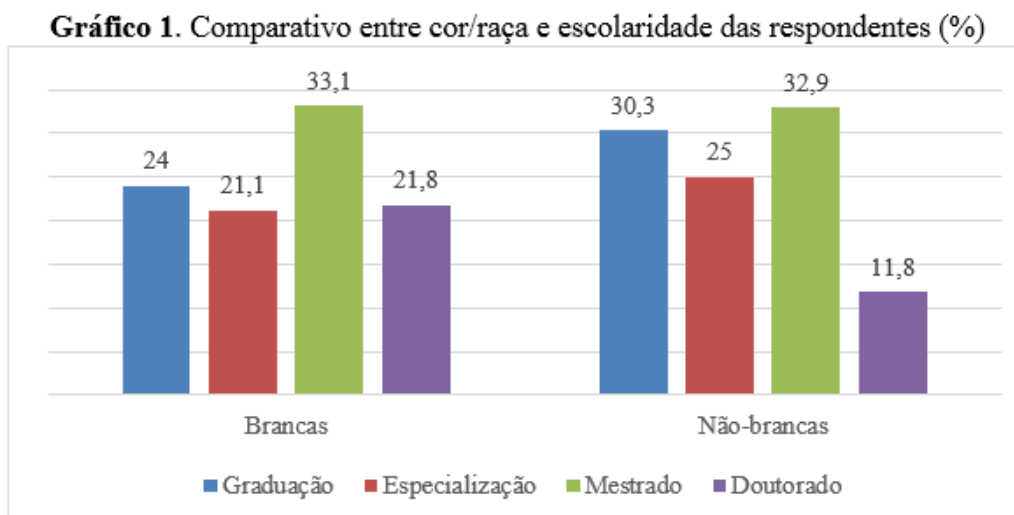
Os próximos dados pretendem explorar a formação das informantes da pesquisa relacionando com a interseccionalidade racial, para observarmos indícios sobre como os grupos raciais se comportam quando tratamos da escolaridade.

5.2 Formação

Abordando a formação das informantes da pesquisa, ressaltamos que esta pesquisa observa diferentes gerações para verificar se há diferenças entre aquelas que se graduaram recentemente (ou estão se graduando) e quem passou por esse processo por um tempo mais longínquo. Desse modo, a análise considera a trajetória na graduação em Jornalismo, mas neste tópico identificamos o nível de escolaridade atual das mulheres para verificarmos se elas investem na qualificação posterior.

O grau de formação (completo ou em andamento) das respondentes do *survey* é alto, sendo que 73,9% possuem/estão na pós-graduação, indicando que essas mulheres buscam se qualificar. O Mestrado é o nível mais frequente, com 33,2%, seguido da Especialização/MBA (22,7%) e Doutorado (18%). As graduadas e graduandas representam 26,1%.

Olhando para os dados interseccionais da escolaridade das respondentes, o Gráfico 1 aponta que tanto brancas quanto não-brancas mantém o grau de formação alto, porém o nível até a graduação é mais frequente entre mulheres não-brancas (30,3%). Outra diferença é que as informantes brancas têm mais doutorado (21,8%) do que não-brancas (11,8%). Nos interessa verificar essas especificidades na medida em que as assimetrias na formação podem impactar a posição das mulheres no mercado, como o cargo ocupado, por exemplo.

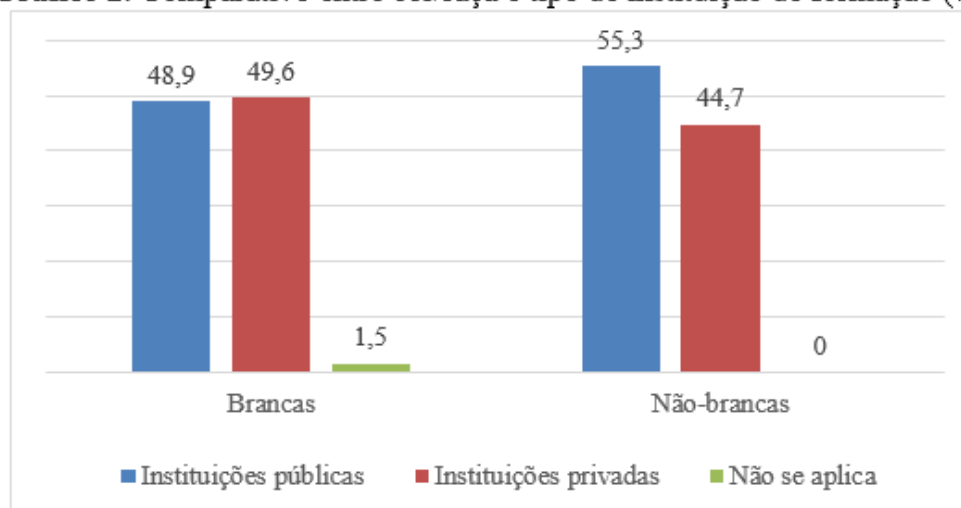


Fonte: Próprias autoras.

É importante mencionar que este resultado pode ter relação com o público alcançado na circulação do *survey*, e não necessariamente reflete a realidade total do Brasil. Isso significa que, no contexto do jornalismo brasileiro, não podemos generalizar que tanto jornalistas brancas quanto não-brancas tenham o elevado grau de escolaridade. No período da coleta dos dados, notamos que o questionário foi melhor recebido entre a comunidade acadêmica de instituições públicas, especialmente em Programas de Pós-Graduação, o que pode ser explicado pelo ambiente mais propício à pesquisa.

Posteriormente, nos interessa verificar o tipo de instituição, se pública ou privada, pela qual as informantes estudaram/estudam na graduação. Para este dado, o *survey* perguntava apenas o nome da universidade ou faculdade, e foi necessário que realizássemos pesquisa online a fim de determinarmos a categoria. Desse modo, 50,7% são advindas de instituições públicas, ao passo que 48,3% indicaram vínculo com estabelecimentos de ensino privado. Ressaltamos que em 1% das respostas não foi possível determinar essa variável.

No Gráfico 2, comparamos se há diferença entre a cor/raça das informantes e o tipo de instituição em que elas se graduaram/estão se graduando. Desse modo, os estabelecimentos de ensino público parecem se constituir em espaços de maior ingresso entre as respondentes declaradas não-brancas (55,3%).

Gráfico 2. Comparativo entre cor/raça e tipo de instituição de formação (%)

Fonte: Próprias autoras.

Sobre o resultado, refletimos que o maior vínculo entre mulheres não-brancas e instituições públicas pode ter relação com as políticas de ações afirmativas que utilizam critérios raciais – entre outros, como a renda – para o ingresso em universidades federais e boa parte das estaduais. A pesquisa não permite determinar a forma de entrada das respondentes no ensino superior, de modo que levantamos apenas um dos fatores que pode contribuir na explicação do dado.

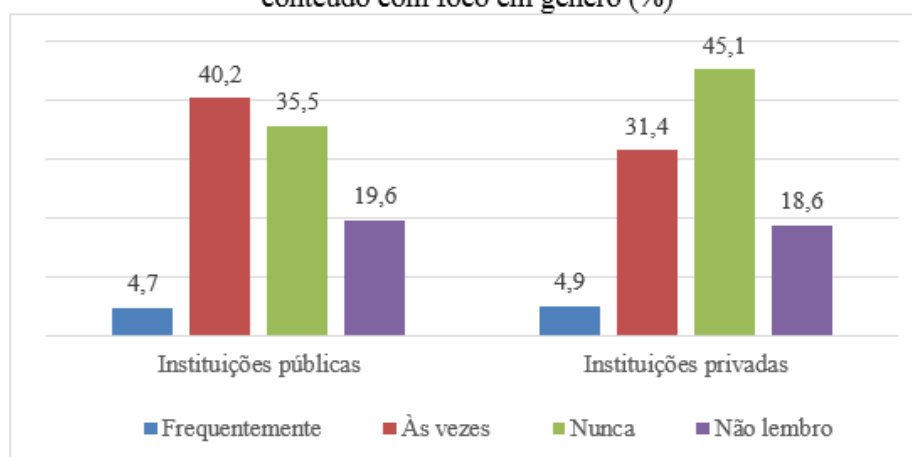
5.3 Aspectos de gênero na formação em Jornalismo

Por fim, pretendemos observar: 1) o papel das/os docentes em incentivar a produção jornalística com foco nas mulheres; 2) o estímulo para que as estudantes consultassem fontes femininas; 3) o acesso à atividades acadêmicas com abordagem (total ou parcial) feminina, embora o ensino que leva em conta a perspectiva de gênero não se restrinja a esses pontos. Os eixos foram selecionados por entendermos que há uma certa limitação temática no conteúdo com perspectiva de gênero (Kassova, 2020) e que as mulheres ainda são pouco ouvidas nas matérias jornalísticas⁶. Além de compararmos se há diferenças entre os tipos de instituições de vínculo das respondentes, também analisamos eventuais mudanças entre aquelas que se formaram recentemente/estão em formação e as egressas mais longínquas.

⁶ Segundo o relatório do Brasil no *Global Media Monitoring Project (GMMP)* de 2020, maior monitoramento de representações de gênero nas notícias, os media *mainstream* brasileiros oferecem pouco espaço para as mulheres enquanto sujeitas e fontes. De acordo com os resultados da pesquisa, das matérias em que as mulheres apareceram, elas ocupavam um lugar central em apenas 24%. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/07/1-Relatorio-GMMP-Brasil-portugues-12-07-21-completo-1.pdf>

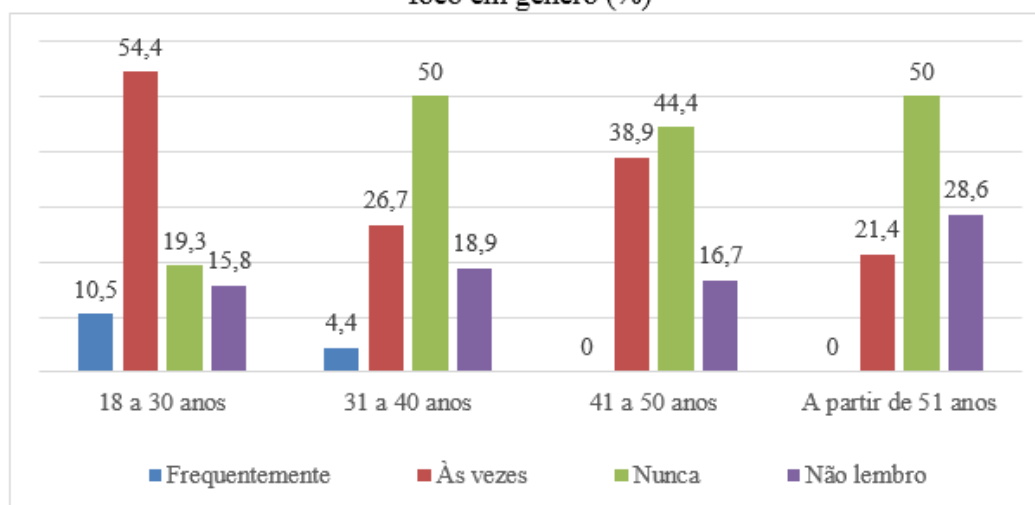
Os dados apontam que, ao longo da graduação, a maioria das respondentes nunca recebeu apoio do corpo docente para produzir conteúdo com foco feminino (40,8%). Somente 4,8% tiveram esse tipo de estímulo frequentemente e 35,5% indicam que às vezes, ao passo que 18,9% não se recordam de vivenciar esse incentivo em algum momento. Observando entre os tipos de instituições, no Gráfico 3, as graduadas/graduandas vinculadas a instituições públicas demonstram que receberam maior estímulo comparadas às informantes que estudaram/estudam no ensino privado – 44,9% das mulheres advindas de instituições públicas foram incentivadas em alguma medida a produzir conteúdo nessa perspectiva, enquanto 45,1% entre as respondentes do ensino privado nunca tiveram esse apoio.

Gráfico 3. Comparativo entre tipo de instituição e incentivo docente para produzir conteúdo com foco em gênero (%)



Fonte: Próprias autoras.

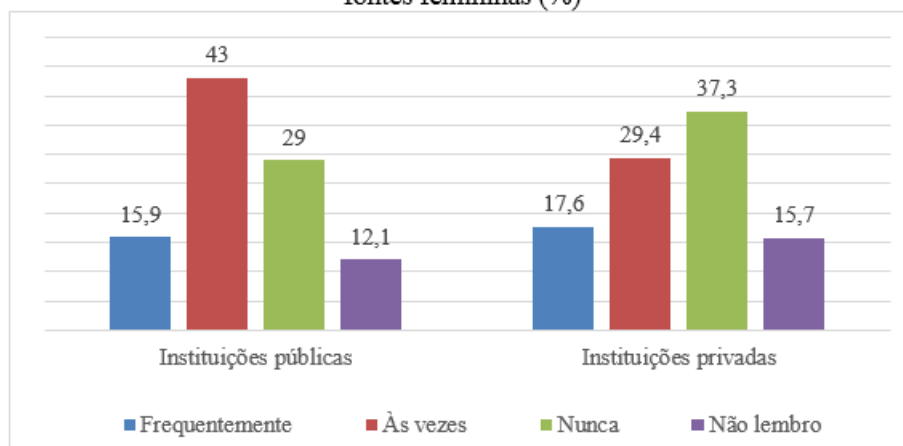
Comparando as faixas etárias, no Gráfico 4, as mulheres a partir dos 31 anos receberam menor incentivo docente para produção de conteúdo com foco nas mulheres. É interessante notar que entre os grupos de 41 a 50 anos e 51+, nenhuma respondente indicou ter sido estimulada frequentemente a elaborar matérias com perspectiva de gênero. Por outro lado, as mulheres mais jovens, entre 18 a 30 anos, conseguiram muito mais apoio das/os professoras/es nesse quesito – 54,4% apontam que às vezes e 10,5% frequentemente. Desse modo, observamos indícios de mudanças recentes nas instituições de ensino para trabalhar essas questões.

Gráfico 4. Comparativo entre geração e incentivo docente para produzir conteúdo com foco em gênero (%)

Fonte: Próprias autoras.

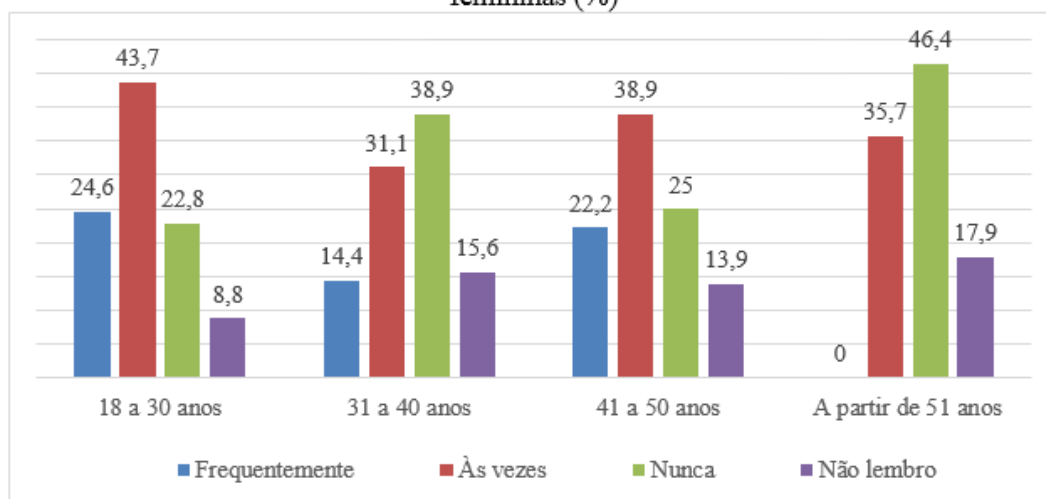
Quanto à frequência do incentivo do corpo docente para que essas mulheres consultassem fontes femininas, independente da pauta estar associada a perspectiva de gênero ou não, notamos um cenário mais animador: a maioria indica que recebeu, em algum grau, estímulo das/os professoras/es para ouvir fontes mulheres – 36,5% às vezes e 16,6% frequentemente. Em contraponto, 33,2% apontam que nunca tiveram apoio docente para entrevistar mulheres e 13,7% não lembram.

Distinguindo o tipo de instituição de formação das respondentes, o Gráfico 5 demonstra que as graduadas/graduandas vinculadas aos estabelecimentos públicos receberam muito mais incentivo para consultar fontes femininas – 43% às vezes e 15,9% frequentemente. Ao contrário, 37,3% das informantes que estudaram/estudam no ensino particular nunca foram estimuladas a ouvir fontes mulheres, independente da perspectiva adotada no conteúdo produzido.

Gráfico 5. Comparativo entre tipos de instituição e incentivo docente para consultar fontes femininas (%)

Fonte: Próprias autoras.

Considerando a geração, o Gráfico 6 compara a faixa etária das respondentes da pesquisa e o incentivo das/os professoras/es para a consulta de fontes femininas, independente da perspectiva de gênero na matéria. Assim, de modo semelhante aos dados anteriores, identificamos que as mulheres mais jovens, entre 18 a 30 anos, receberam mais estímulo – 43,7% às vezes e 24,6% frequentemente. Nesse sentido, esse resultado reforça a hipótese de uma mudança recente nos cursos de Jornalismo quanto à valorização feminina, inclusive enquanto fontes.

Gráfico 6. Comparativo entre geração e incentivo docente para consultar fontes femininas (%)

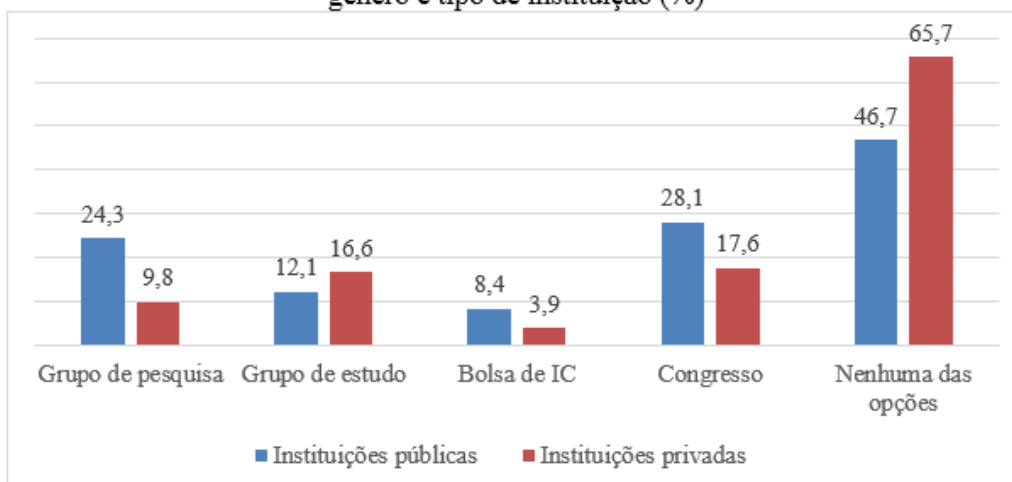
Fonte: Próprias autoras.

Para finalizar, selecionamos uma série de atividades acadêmicas comuns em instituições de ensino para verificarmos em quais delas as respondentes tiveram acesso quando se trata do enfoque total ou parcial às questões de gênero. Distinguimos os

dados entre graduadas/graduandas do ensino público e particular a fim de observarmos os cenários. As categorias são: disciplina, grupo de pesquisa coordenado por professoras/es, grupo de estudo formado por colegas, bolsa de pesquisa de Iniciação Científica (IC), congresso/seminário/encontro. Ressaltamos que as respondentes poderiam marcar mais de uma alternativa.

O Gráfico 7 compara o acesso às atividades com enfoque no gênero e o tipo de instituição de vínculo das respondentes. Os percentuais apontam que a maioria das mulheres não tiveram acesso a nenhuma das atividades que poderiam abordar questões de gênero total ou parcialmente. Essa lacuna é maior entre informantes advindas do ensino privado (65,7%) do que público (46,7%). Desse modo, há indícios do pouco estímulo para abordar gênero na sala de aula, mas que também da dificuldade em frequentar outros espaços no âmbito acadêmico para tratar de temáticas ligadas às mulheres.

Gráfico 7. Comparativo entre participação em atividades acadêmicas com foco em gênero e tipo de instituição (%)



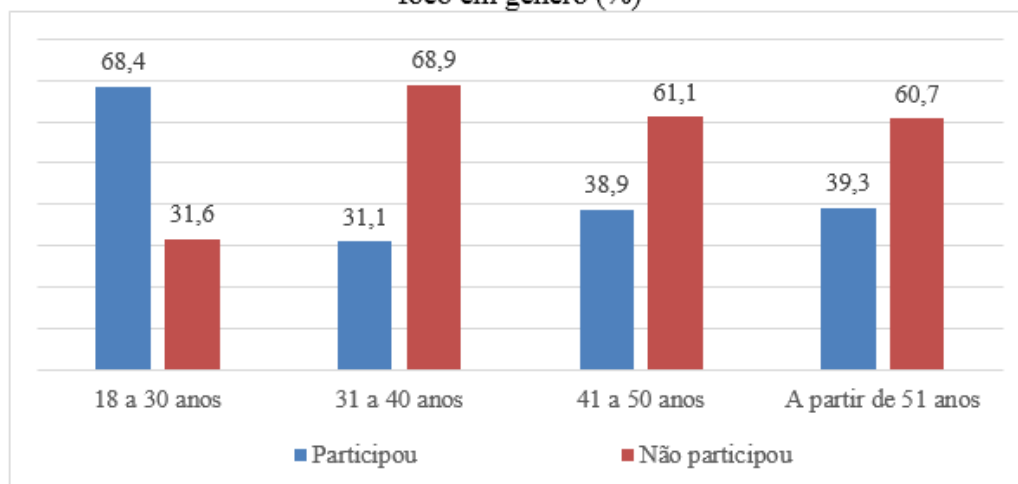
Fonte: Próprias autoras.

Destacamos que, entre as informantes que estudaram/estudam em instituições públicas, 28,1% já participaram de congressos que abordam questões de gênero, 24,3% atuaram em grupos de pesquisa e 8,4% foram bolsistas a partir de projetos que trataram dessas temáticas na sua totalidade ou parcialmente. Uma vez que as mulheres que se graduaram/estão se graduando em estabelecimentos particulares tiveram um menor contato com assuntos voltados para gênero, é interessante notar que 16,6% participaram de grupos de estudos formados por colegas. Esse percentual indica que, embora

possivelmente elas não tivessem o apoio institucional, se observa o protagonismo entre essas estudantes para buscarem discutir tais questões entre colegas.

No Gráfico 8, comparamos as faixas etárias das participantes da pesquisa e a participação em atividades acadêmicas com foco total ou parcial no gênero. Assim, os dados indicam que as mulheres a partir dos 31 anos tiveram menos acesso à atividades que envolvessem questões femininas, tais como congressos e grupo de pesquisa.

Gráfico 8. Comparativo entre geração e participação em atividades acadêmicas com foco em gênero (%)



Fonte: Próprias autoras.

Em contrapartida, 68,4% das respondentes com idade entre 18 a 30 anos participaram de atividades que trabalharam questões de gênero em alguma medida. Nesse sentido, comemoramos possíveis mudanças paulatinas nos cursos de Jornalismo quanto a fomentar o debate a partir do foco (total ou parcial) feminino, e chamamos atenção para a necessidade de ampliar essas discussões para o mercado de trabalho, através de cursos de formação continuada, por exemplo.

6. Considerações finais

Este trabalho se propôs a verificar em que medida mulheres jornalistas ou que estejam em formação tiveram/têm contato com questões de gênero ao longo da trajetória acadêmica da graduação. Sobre o perfil das respondentes, observamos o padrão branco e com alto nível de escolaridade. Chama a atenção que as informantes não-brancas apresentam a formação mais baixa, o que pode constituir em desvantagem, como a posição delas no mercado de trabalho.

Nos interessou identificar o tipo de instituição de formação das participantes da pesquisa, de modo que os dados indicaram que as mulheres não-brancas tendem a se vincular mais às instituições públicas. Um dos fatores que pode contribuir nesse cenário é o papel das políticas de ação afirmativa como uma das formas de ingresso nas universidades públicas federais e/ou estaduais.

Sobre as questões de gênero na formação, notamos o baixo incentivo das/os professoras/es para que as estudantes produzissem conteúdo com foco feminino, sendo que esse déficit é maior entre aquelas que estudaram/estudam em instituições privadas. Por outro lado, observamos que o ensino público parece muito mais preocupado ou com maior autonomia para abordar essas discussões, em especial estimulando as alunas na procura por fontes femininas.

Verificamos se as respondentes tiveram acesso a atividades acadêmicas com enfoque total ou parcial em gênero. Os dados indicaram que a maioria das mulheres não participou de ações como congressos/seminários/encontros, bolsa de IC, grupo de pesquisa e grupo de estudo com foco feminino. As graduadas/graduandas de instituições públicas tiveram mais acesso a atividades como grupo de pesquisa coordenado por professoras/es, apontando para possíveis iniciativas individuais de docentes para trabalhar temáticas de gênero de modo extraclasse.

Destacamos, ainda, que as respondentes vinculadas a estabelecimentos de ensino particular atuaram mais em grupos de estudos formados por colegas, apontando a preocupação e o protagonismo das discentes em discutir tais questões, ainda que eventualmente não tivessem um apoio institucional.

Olhando para a interseccionalidade da geração, os resultados são animadores no sentido de evidenciarem mudanças recentes quanto a abordar gênero nos cursos de Jornalismo. A partir da análise comparativa entre faixas etárias, a pesquisa contribui ao apontar que as informantes mais jovens têm mais incentivo docente para produzir conteúdo focado no feminino e consultar fontes mulheres, bem como o acesso às atividades que abordam temas de gênero.

Desse modo, refletimos que as questões de gênero não devem ser trabalhadas de maneira isolada, mas transversalmente nas disciplinas e atividades extracurriculares, de maneira que essas discussões superem as iniciativas individuais de mulheres e se tornem cada vez mais naturalizadas tanto na academia, quanto no mercado de trabalho.

Por fim, é necessário despertar tanto o ensino público quanto o particular para a urgência de tratar desses problemas que são de interesse da sociedade em geral.

7. Referências

- Abreu, A. A., & Rocha, D. (Org.) (2006). *Elas ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC*. FGV. <https://editora.fgv.br/produto/elas-ocuparam-as-redacoes-depoimentos-ao-cpdoc-1608>
- Bertasso, D., Nascimento, F., & Gustafson, J. (2020). Jornalismo e gênero: a emergência de uma disciplina e um relato de docência compartilhada. *Estudos Feministas*, 28 (2), 1-9. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n258720>
- Camargo, B. A., & Woitowicz, K. J. (2018). Formação em Jornalismo e questões de gênero: práticas de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de Curitiba e Ponta Grossa/PR. *REBEJ*, 8 (23), 26-42. <http://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/16>
- Costa, J. G. (2018). *Jornalismo Feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Crenshaw, K. W. (2004). *A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. Unifem.
- Goulart, B. F. (2009). *Educação das mulheres, magistério e as relações de gênero em sala de aula: rupturas ou continuidades?* [Monografia] Universidade do Extremo Sul Catarinense.
- INEP. (2021). Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf
- INEP. (2019). Relatório síntese de área: Comunicação Social – Jornalismo. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2018/Comunicacao_Social_Jornalismo.pdf
- Kassova, L. (2020). *The missing perspectives of women in News*. AKAS.

- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22 (3), 935-952. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Mazotte, N., & Toste, V. (Coord.) (2017). Mulheres no jornalismo brasileiro. Abraji.
- Mick, J., & Lima, S. (2013). *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Insular.
- Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em E. Lander (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 107-130). Colección Sur Sur – CLACSO.
- Silva, M. V. (2015). *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e a implicação dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Silva, M. V. (2010). *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Traquina, N. (2020). *Porque as notícias são como são*. Insular Livros.
- Vecchio-Lima, M. D., & Souza, H. C. A. (2017). Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro. *Media & Jornalismo*, 17 (31), 131-152. https://doi.org/10.14195/2183-5462_31_9